

# URBANO INFLUENTE E RURAL NÃO-AGRÍCOLA EM MINAS GERAIS

Ralfo Edmundo da Silva Matos  
Professor do Departamento de Geografia do IGC/UFMG  
Doutor em Demografia e mestre em Economia Regional (CEDEPLAR/UFMG)

Douglas Sathler  
Glauco Umbelino  
Graduandos em Geografia

## RESUMO

O significado de urbano e rural permanece indefinido na atualidade. Estudos passam a apontar um novo dinamismo em muitos pequenos municípios, onde as áreas “rurais” parecem ressurgir economicamente, experimentando inclusive crescimento demográfico, depois de décadas de declínio populacional. Talvez, por isso mesmo o IBGE venha tentando a cada Censo, introduzir variáveis inéditas que recortam as categorias urbano e rural, de modo a apreender parte dos fenômenos atinentes ao novo rural brasileiro. Verifica-se que em Minas Gerais uma parcela da população “rural” está envolvida com ocupações não agropecuárias, principalmente em sub-regiões sob a influência de grandes cidades. Através da análise da população economicamente ativa, e da renda e educação presentes no Censo 2000, observou-se nas localidades rurais de maior expressividade uma *mancha de áreas notáveis*, que concentra atividades de caráter não-agrícola.

## PALAVRAS-CHAVE

Urbanização, Ruralização, Geografia Econômica

## **INTRODUÇÃO**

As insuficiências e inadequações presentes na definição do que seja urbano e rural no Brasil são um problema recorrente, conhecido por técnicos de planejamento urbano e estudiosos do assunto há muito tempo. Parte do problema se deve a legislação vigente, estabelecida ainda no Estado Novo (Decreto-lei 311 de 1938), momento em que o País era amplamente rural e que se afigurava pertinente definir cidade como sede de município. Afinal, não eram muitos os municípios e as próprias cidades eram de tamanho relativamente acanhado à época.

De lá para cá, entretanto, milhares de novos municípios surgiram, o que, por definição, fez surgir o mesmo número de cidades. Conquanto tenha sido formidável o crescimento populacional no período 1940-1980, o avanço da urbanização e a concomitante redução das áreas rurais, surgem sérias dúvidas sobre a pertinência de seguir aplicando definições mais condizentes com o País de um outro tempo.

É por demais sabido que o perímetro urbano, linha que separa o urbano do rural, é algo falho e não exprime corretamente o que é de fato cidade ou área urbana. São muitos os interesses políticos, econômicos e tributários que interferem nos momentos em que o emancipacionismo ganha expressão e se torna um verdadeiro “surto”.

Ao final, dizer que mais de 80% da população brasileira é urbana soa como irrealismo, já que são muitas as áreas de pequenos municípios tidas como urbanas e que poderiam ser consideradas simplesmente povoado rural, ou área não tipicamente urbana.

O IBGE, ciente das insuficiências da conceituação de urbano, mas sendo obrigado a cumprir a lei vigente, vem se esforçando há décadas, em oferecer, em seus levantamentos censitários, novas variáveis e tipos de classificação de áreas que retratem melhor situações urbanas e rurais atuais. Com isso procura-se amenizar as inconsistências da antiga definição, mas também aprofundar a verificação de novos fenômenos que poderiam estar se disseminando entre as áreas urbanas, rurais ou de tipo híbrido do Brasil recente. Esse estudo irá explorar, em alguma medida, as novas classificações do IBGE incorporadas no Censo 2000.

## **MUDANÇAS NO RURAL BRASILEIRO**

As indagações sobre as mudanças que vêm ocorrendo nas áreas rurais brasileiras chegam a impressionar, sobretudo, ao se recordar que há não muito tempo atrás, vários

estudiosos temiam o esvaziamento das áreas rurais, alardeando-o como tendência inexorável. Aos pequenos municípios e áreas rurais parecia só restar a estagnação acompanhada de uma reduzida população de idosos e crianças, futuros emigrantes. Afinal, o próprio Censo Demográfico de 1980 mostrava, pela primeira vez, após décadas de redução das taxas do crescimento das áreas rurais, a redução em termos absolutos da população rural no período 1970-1980.

Nos últimos decênios, no entanto, importantes transformações atingem as áreas rurais brasileiras, as quais estariam introduzindo uma maior diversificação econômica em meio a novas formas de produção e subsistência, em visível contraste com o que dominava no passado, quando o campo era claramente agropecuário.

Graziano da Silva (1996; 1997 e 1998) observa que a população rural brasileira vem se ocupando menos com a agropecuária de corte mais tradicional. Surgem novos tipos de trabalhadores, como os operários, artesãos, professoras e ambulantes “rurais”. Ademais, crescem as ocupações associadas a uma nova dinâmica no meio rural derivada da presença crescente dos setores secundário e terciário, em atividades de tipo urbano, mas localizadas dentro de áreas rurais, a exemplo das ligadas ao lazer, turismo e mesmo à terceirização de parte das atividades do processo produtivo da agropecuária.

É indiscutível que uma série de atividades não-agrícolas, com dinâmicas bem diferenciadas regionalmente, surgem no rural brasileiro nas últimas décadas. Provavelmente como respostas aos fatores de atração que a modernização cumulativa da agricultura comercial de exportação vem irradiando, ou mesmo em decorrência do aumento dos fatores de expulsão presentes nos grandes centros urbanos nos últimos 20 anos. A par disso, verificam-se reconfigurações espaciais que desafiam a análise: com a expansão dos meios de transportes as alternativas locais de atividades e assentamentos humanos ganham fluidez e imprimem novos significados ao rural.

Sinais dessas reconfigurações são apontados há pelo menos 10 anos por vários estudiosos. Algumas estatísticas recentes revelam uma espécie de paradoxo do Brasil rural atual: cai o emprego de natureza agrícola em quase todo o País, mas cresce, ou deixa de diminuir, a população residente em áreas rurais. Essas evidências sugerem que a produção agrícola, embora essencial, já não “*determina sozinho os rumos da demografia no campo*”. A explicação desse novo cenário passa pela expansão das ocupações não-agrícolas no campo, vis-à-vis o aumento do número de residentes rurais não ocupados formalmente, incluindo os inativos e aposentados e, principalmente, os desempregados. “*Se é verdade que ainda persiste algum êxodo rural, especialmente na região Sul, ele já não tem força para condicionar esse*

*novo padrão emergente de recuperação das áreas rurais da maioria das regiões do país.”*  
(Silva, 2001, p. 5)

Encontra-se, pois, ultrapassada a idéia de que o urbano é o locus preferencial da indústria, comércio e serviços e que, de outra parte, o rural é o lugar por excelência da agropecuária. O urbano deixa de ser visto como o único símbolo da modernidade técnica e cultural, mesmo que continue persistente a presença do atraso rural em diversas regiões brasileiras. Ademais, a permeabilidade entre as áreas urbanas e rurais se expande, na medida em que ampliam-se os movimentos de pessoas e atividades por contextos geográficos nos quais as linhas de fronteiras - entre rural e urbano, ou entre municípios - não passam de uma abstração.

Examinando dados demográficos relativos a região metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), Matos (2004) conclui que, ao lado do aprofundamento do processo de desconcentração demográfica no período 1980-2000, a expansão residencial em larga escala, de alta e baixa renda, vem criando periferias cada vez mais distantes de Belo Horizonte, nas quais a sobrevivência de segmentos de baixa renda passa a ser assegurada com o aumento da prestação de serviços e da terciarização em geral.

Analisando o caso mineiro, Sugimoto (2001) observa que *“a prestação de serviços, o comércio e a indústria respondem cada vez mais pela nova dinâmica populacional do meio rural, que não se caracteriza mais como exclusivamente agrícola”*. O não agrário se expande pelas áreas rurais.

## **MINAS E O CRESCIMENTO DO RURAL NÃO AGRÁRIO**

Nos últimos 20 anos a economia mineira viveu expressivos aumentos da produtividade na agricultura e pecuária, em segmentos que alcançaram alto padrão de desenvolvimento tecnológico e, por isso mesmo, tornaram-se bem sucedidos nas vendas para o exterior. Entretanto, a contrapartida foi a queda drástica do volume de empregos nesse período.

A evolução das ocupações não-agrícolas da Tabela 1 (Cardoso, 1999) indica que as alterações do emprego rural em Minas associam-se mais com atividades tradicionais, não possuindo um caráter moderno. Todavia, mesmo que tais ocupações sejam de pouco prestígio social ou de tipo braçal não-qualificado, trata-se de uma efetiva ocupação formal da PEA mineira - na posição de “empregados” - em um período no qual a economia praticamente não cresceu e milhares de postos de trabalho foram eliminados e/ou precarizados. Em 1997, cerca

de 74% das pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas eram empregadas, já entre os ocupados na agricultura esse percentual não atingia os 45%.

Pode-se, ao reordenar os dados do Projeto Rurbano (Tabela 1), verificar que as ocupações que mais se expandiram nas áreas rurais mineiras estão associadas a expansão residencial/predial familiar. Por essa razão crescem tanto os serviços domésticos e outros serviços de pouca qualificação; como faxineiros, ajudantes diversos e serviços por conta própria, além dos serviços de pedreiros, ajudante de pedreiro e motoristas.

**Tabela 1**  
**Ocupações principais não-agrícolas da População Rural Ocupada 15 horas e mais na semana de referência em Minas Gerais entre 1981 e 1997 (1000 pessoas)**

Ocupação Principal	1981	1992	1993	1995	1996	1997
Serviços Domésticos	43	50	75	79	80	83
Pedreiro	6	20	22	40	31	39
Servente Faxineiro	6	18	23	23	23	25
Balconistas Atendentes	10	14	11	14	19	22
Ajudantes diversos	16	12	15	14	13	21
Serviços Conta Própria	9	24	18	15	17	18
Motoristas	7	11	13	14	17	18
Ajudante Pedreiro	10	12	17	18	21	16
Prof. 1º Grau Inicial	16	21	14	20	15	15
Costureiro Alfaiate	10	10	10	11	10	12
Diversos	14	24	29	23	19	18
Subtotal	147	216	246	271	266	287
Total Geral	236	421	426	493	460	496

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp, janeiro 1999

No rol de pessoas ocupadas em setores não-agrícolas, os dados sugerem que o aumento das ocupações nos últimos anos (de crise no emprego urbano e expulsão de mão-de-obra do setor agrícola moderno) concentrou-se na construção civil e nos serviços de tipo domésticos. O incremento das moradias em áreas rurais de pequenos municípios próximos de cidades importantes deve explicar parte do fenômeno.

De acordo com os critérios do Censo de 2000 cada município pode ser fracionado em oito subáreas, aqui denominadas de *subespaços intramunicipais* (SIM), a saber: 1) área urbanizada de vila ou cidade; 2) área não urbanizada de vila ou cidade; 3) área urbanizada isolada; 4) Rural – extensão urbana; 5) Rural – povoado; 6) Rural – núcleo; 7) Rural – outros aglomerados; 8) Rural – exclusive os aglomerados rurais. Tais *subespaços intramunicipais* são unidades territoriais de coleta e de controle cadastral, situados em área urbana ou rural de um mesmo distrito (tendo como base as linhas de perímetro urbano).

Os dados da Tabela 2 confirmam a redução da PEA agrícola mineira e o concomitante aumento da PEA não-agrícola no período 1991-2000. O que é interessante observar, no entanto, é que a PEA agrícola ocupada em áreas urbanas aumentou significativamente nos SIM 1 (11%) e 3 (24%), o que acaba, no total, implicando maiores perdas nas áreas estritamente rurais, como, aliás, atestam os dados dos SIM 4, 5, 6 e 8.

**Tabela 2**  
**PEA mineira segundo subespaços intramunicipais (SIM) ocupada em atividades agrícolas e não-agrícolas em 1991 e 2000**

SIM	Agrícola		Não-Agrícola	
	1991	2000	1991	2000
<b>1</b>	491.773	544.275	4.169.162	5.191.159
<b>2</b>	5.751	3.777	11.897	23.721
<b>3</b>	4.731	5.879	26.252	49.218
<b>4</b>	2.194	1.207	19.266	7.831
<b>5</b>	38.833	35.316	43.785	34.691
<b>6</b>	1.871	948	7.242	1.095
<b>7</b>	152	199	1.909	339
<b>8</b>	1.036.348	888.947	215.329	281.211
<b>Total</b>	1.583.644	1.482.548	44.968.33	5.591.265

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1991 e 2000.  
Tabulações Especiais: LESTE/IGC/UFGM

A expansão do emprego em atividades agrícolas ocupando residentes de áreas urbanas não causa surpresa já que boa parte dos trabalhadores rurais residem nelas há décadas. Os bóias-frias e demais tipos de trabalhadores temporários das periferias urbanas são, até hoje, exemplos das mudanças resultantes da chamada modernização conservadora deflagrada no campo a partir dos anos de 1960.

De outra parte, constitui fato novo, a evolução francamente positiva da PEA não-agrícola em áreas tipicamente rurais. Os dados constataam não só a sua expansão natural nas áreas urbanas, mas principalmente seu expressivo aumento nos SIM 8, (31%), exatamente o subespaço mais significativo demograficamente dentre as áreas rurais.

A partir das últimas constatações caberia indagar sobre outras evidências associadas a tais mudanças e, adicionalmente, sobre a espacialidade resultante das novas tendências.

## **MINAS DA DIVERSIDADE E DOS PEQUENOS NOTÁVEIS**

Minas Gerais apresenta grande diversidade física, socioeconômica e cultural em seus mais de 588.384 km<sup>2</sup>, sendo o estado brasileiro que possui o maior número de municípios, totalizando 853. Sua diversidade regional é fato conhecido há muito tempo.

Também no meio rural, os diferenciais regionais são evidentes, uma vez que coexistem, de um lado, a agricultura modernizada do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e Sul de Minas, com, de outro lado, a agricultura de caráter mais tradicional das regiões Norte, Jequitinhonha e Doce. Atestando o caráter desigual da agricultura mineira, entre 1995 e 1996, os dados do último Censo Agropecuário mostravam “*uma forte concentração espacial da*

*produção agropecuária. Das doze mesorregiões mineiras, o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Sul/Sudeste, concentravam naquele ano 46,63% do valor da produção agropecuária do Estado. No caso da produção vegetal, essa concentração foi ainda maior, 52,07%, enquanto que no caso da pecuária a participação das duas foi de 39,60% do valor da produção animal total”.* CARDOSO et al (1999)

Contudo, não obstante as desigualdades regionais e as heterogeneidades da economia mineira, os dados censitários passam a indicar, de modo generalizado, tendências de crescimento demográfico positivo tanto no rural quanto em uma miríade de pequenos municípios. Estes últimos, são na verdade espaços geográficos nos quais a vida rural é muito mais expressiva do que a urbana, e bem poderiam ser reclassificados como territórios rurais em uma reconceituação dos significados de urbano e rural, ou cidade e campo. Os microdados dos dois últimos censos indicam que, cerca de 63% do total de municípios mineiros (544) eram pequenos municípios<sup>1</sup> com menos de 50 mil habitantes a exibir crescimento populacional positivo no período 1991/2000.

Analisando o crescimento das microrregiões geográficas<sup>2</sup> de menor tamanho populacional, por meio de quantis, obtém-se a estratificação das maiores e menores segundo o valor de 184.000 habitantes. As com população inferior a esse nível e que tiveram maior crescimento demográfico entre 1991 e 2000 estão delimitadas na Figura 1, juntamente com as microrregiões que contém as maiores cidades mineiras. Verifica-se a existência de uma ampla faixa de contigüidade espacial que envolve as pequenas microrregiões de maior crescimento, a percorrer o Estado de sul e oeste ao centro e daí até o noroeste. Observe-se que essas microrregiões estão localizadas nas proximidades de pólos regionais, o que sinaliza para o alto grau de influência das grandes cidades na reestruturação dessas pequenas localidades.

---

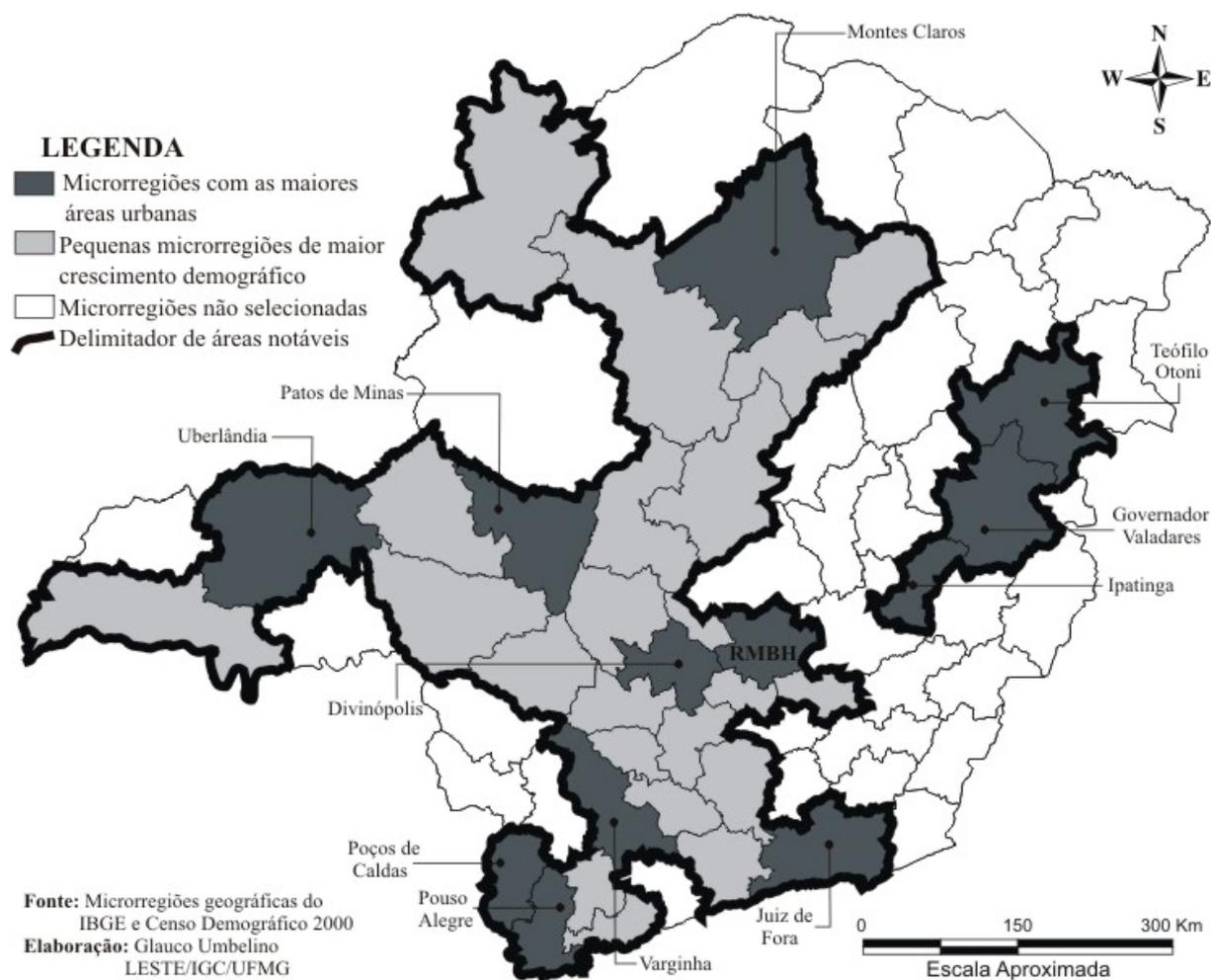
<sup>1</sup> *Municípios de pequeno tamanho geralmente possuem suas economias mais fortemente apoiadas na exploração e utilização de recursos naturais. Neles, o contato com a natureza é direto e constante, e mesmo havendo os setores secundário e terciário em expansão, os vínculos entre economia, espaço e demografia costumam ser principalmente de tipo rural, com baixas densidades territoriais, menos impessoalidade, menor número de serviços e equipamentos modernos e usos do solo predominantemente não urbano.*

<sup>2</sup> *Microrregião, conforme definição do IBGE, refere-se a um conjunto de municípios contíguos e contidos em uma mesma Unidade da Federação, agrupados com base em características do quadro natural, da organização da produção e de sua integração.*

Além disso, convém notar que são subespaços servidos por rodovias federais que articulam os macropolos de São Paulo e Rio de Janeiro com Belo Horizonte e Brasília.

### FIGURA 1

Pequenas microrregiões de maior crescimento demográfico e microrregiões que sediam as maiores áreas urbanas de Minas Gerais em 2000



É inegável que o crescimento das pequenas localidades de Minas Gerais vem se tornando notável. A Tabela 3, por exemplo, apresenta o grupo dos 50 municípios de pequeno tamanho, que no período 1991 e 2000 cresceram em ritmo elevado. São taxas de crescimento demográfico bastante altas, bem superiores a média mineira de 1,29% a.a., e se referem a muitos municípios vizinhos ou integrantes de microrregiões que sediam cidades médias e grandes (30 dos 50 municípios).

**Tabela 3**  
**Crescimento demográfico da população total nos pequenos municípios**

Posição	Município	População 1991	População 2000	Crescimento
<b>1</b>	<b>Nova Serrana</b>	<b>17913</b>	<b>37447</b>	<b>7,65</b>
<b>2</b>	<b>Esmeraldas</b>	<b>24298</b>	<b>47090</b>	<b>6,84</b>
3	Angelândia	4264	7468	5,76
4	Juatuba	9436	16389	5,68
<b>5</b>	<b>Sarzedo</b>	<b>9952</b>	<b>17274</b>	<b>5,67</b>
<b>6</b>	<b>Mário Campos</b>	<b>6070</b>	<b>10535</b>	<b>5,67</b>
<b>7</b>	<b>São José da Lapa</b>	<b>9002</b>	<b>15000</b>	<b>5,24</b>
<b>8</b>	<b>São Joaquim de Bicas</b>	<b>11443</b>	<b>18152</b>	<b>4,72</b>
9	Delta	3240	5065	4,57
<b>10</b>	<b>Igarapé</b>	<b>15957</b>	<b>24838</b>	<b>4,52</b>
11	Jaíba	17896	27287	4,31
12	São Sebastião do Anta	3155	4779	4,24
13	Miravânia	2829	4187	4,00
<b>14</b>	<b>São Bento Abade</b>	<b>2556</b>	<b>3737</b>	<b>3,87</b>
15	São João das Missões	7045	10230	3,80
<b>16</b>	<b>Confins</b>	<b>3371</b>	<b>4880</b>	<b>3,77</b>
17	Rodeiro	3749	5375	3,67
<b>18</b>	<b>Lagoa Santa</b>	<b>26453</b>	<b>37872</b>	<b>3,65</b>
19	Piedade de Caratinga	3768	5347	3,56
<b>20</b>	<b>São Gotardo</b>	<b>19697</b>	<b>27631</b>	<b>3,44</b>
21	Cantagalo	2762	3838	3,34
<b>22</b>	<b>Santana do Paraíso</b>	<b>13082</b>	<b>18155</b>	<b>3,33</b>
<b>23</b>	<b>Brumadinho</b>	<b>19308</b>	<b>26614</b>	<b>3,26</b>
24	Alto Caparaó	3393	4673	3,25
<b>25</b>	<b>Mateus Leme</b>	<b>17597</b>	<b>24144</b>	<b>3,21</b>
<b>26</b>	<b>Chácara</b>	<b>1730</b>	<b>2370</b>	<b>3,20</b>
27	Martins Soares	4159	5685	3,17
28	Urucuia	7035	9615	3,17
<b>29</b>	<b>Varjão de Minas</b>	<b>3466</b>	<b>4701</b>	<b>3,09</b>
<b>30</b>	<b>Extrema</b>	<b>14314</b>	<b>19219</b>	<b>2,99</b>
31	Tiradentes	4298	5759	2,97
<b>32</b>	<b>Itapeva</b>	<b>5529</b>	<b>7361</b>	<b>2,90</b>
33	São Domingos das Dores	3915	5192	2,86
34	Divisa Alegre	3632	4815	2,86
<b>35</b>	<b>Iraí de Minas</b>	<b>4476</b>	<b>5903</b>	<b>2,81</b>
<b>36</b>	<b>Santo Antônio do Monte</b>	<b>17979</b>	<b>23473</b>	<b>2,70</b>
37	Chapada Gaúcha	5569	7270	2,70
38	Padre Carvalho	4027	5227	2,64
39	Pompéu	20350	26089	2,52
40	Matozinhos	23606	30164	2,48
41	Sapucaí-Mirim	4274	5455	2,47
42	Santa Rita de Minas	4551	5795	2,45
<b>43</b>	<b>Monte Carmelo</b>	<b>34705</b>	<b>43899</b>	<b>2,38</b>
44	São João do Manhuaçu	6900	8716	2,36
<b>45</b>	<b>Cambuí</b>	<b>18211</b>	<b>22969</b>	<b>2,35</b>
46	Curral de Dentro	4740	5973	2,34
<b>47</b>	<b>Lagoa da Prata</b>	<b>30816</b>	<b>38758</b>	<b>2,32</b>
<b>48</b>	<b>Perdigão</b>	<b>4546</b>	<b>5707</b>	<b>2,30</b>
<b>49</b>	<b>Funilândia</b>	<b>2616</b>	<b>3281</b>	<b>2,29</b>
<b>50</b>	<b>Senador Amaral</b>	<b>4091</b>	<b>5128</b>	<b>2,28</b>

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1991 e 2000. Tabulações Especiais: LESTE/IGC/UFMG  
Municípios em negrito se localizam próxima as maiores áreas urbanas

O recente crescimento demográfico das áreas rurais e pequenas localidades mineiras, sugere a existência de fatores econômicos que devem estar reconfigurando as relações de trabalho nessas áreas. Se os dados mostram que dos 544 *pequenos municípios* com crescimento positivo, nada menos que 409 experimentaram decréscimo, em termos relativos, da população economicamente ativa pertencente ao setor primário, é pertinente concluir que

também em Minas surge um rural diferente do rural tradicional. Dadas as indicações recentes na literatura sobre o emprego em atividades agrárias e não-agrárias, conviria verificar a evolução da PEA não vinculada ao setor primário, mas residente em áreas rurais.

Se a Figura 1 mostrou um amplo espaço composto por pequenas microrregiões com taxas positivas de crescimento demográfico, pode-se esperar que também no interior dessa grande área localizem-se os municípios onde as atividades não-agrárias venham dinamizando o meio rural. Isso parece lógico, se por princípio só elas podem fazê-lo, já que o rural agrário vem perdendo população há décadas, mesmo com a expansão da produção agropecuária. Contudo, as evidências abaixo mostraram um resultado distinto dessa premissa.

Concentrando a análise nesses subespaços rurais, cabe descartar os *SIM* de tipo 1, 2 e 3 por se referirem às áreas urbanas, e os *SIM* 4, 6 e 7 por serem inexpressivos numericamente. Assim a atenção se concentrará nos *SIM* tipos 5 e 8.

A Figura 2 mostra que, em 2000, muitos eram os municípios mineiros cujas áreas rurais (*SIM* 5 e 8) detinham uma maioria de PEA lotada em atividades não-agrícolas<sup>3</sup>. Ao examinar a localização dos municípios em relação a *mancha de áreas notáveis* (em termos microrregionais), fica bastante evidente que os do entorno de Belo Horizonte se destacaram fortemente, estabelecendo um curioso cordão de contiguidade com o Vale do Aço. Além disso, esboça-se uma conexão com três vetores direcionais, um evoluindo para norte, em direção a Diamantina, outro em direção a Zona da Mata (Juiz de Fora) e outro para o Sul de Minas.

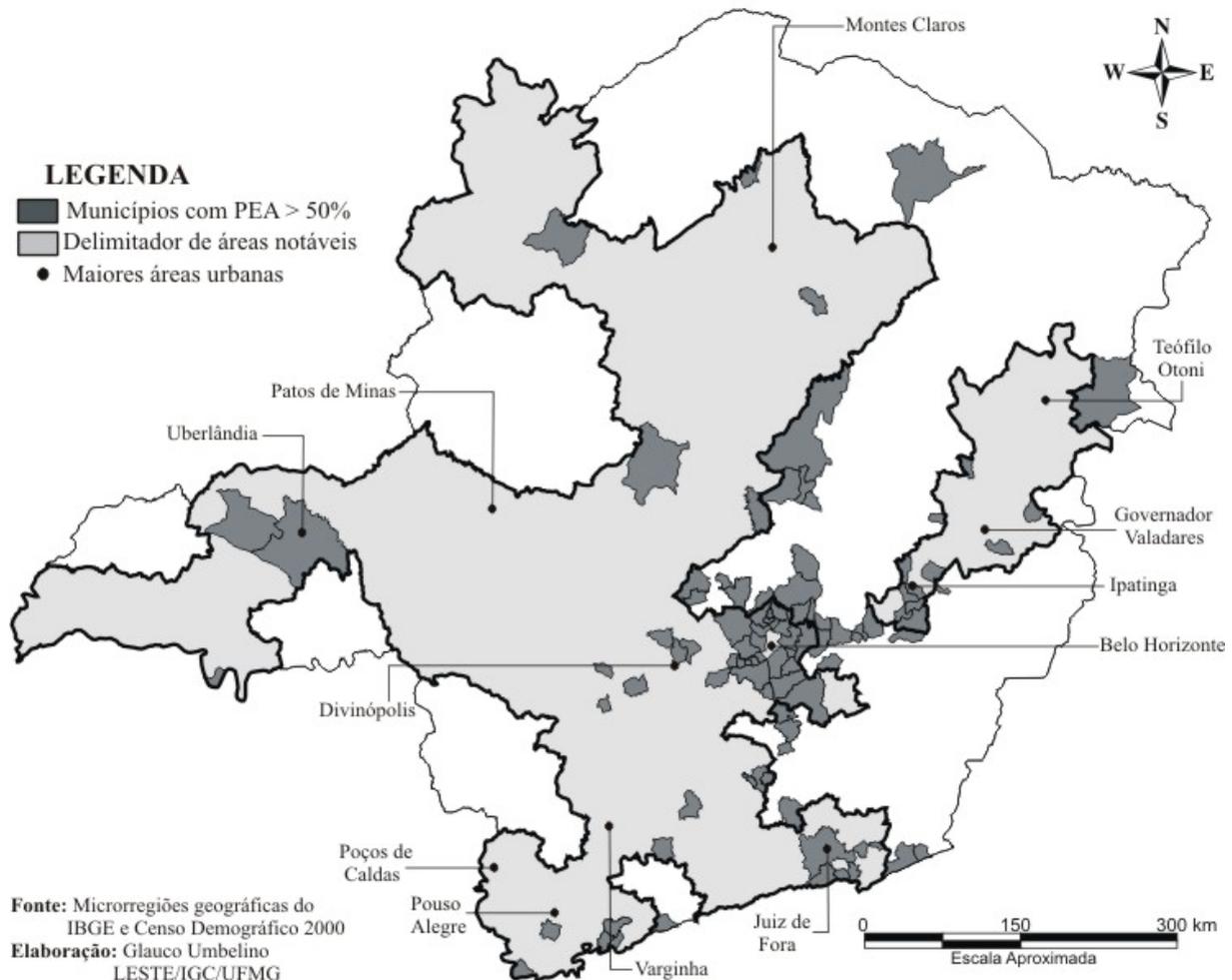
De toda a forma, é na região Central onde o fenômeno do rural não-agrário se manifesta mais evidente. Com isso, pode-se concluir que no interior da *mancha das áreas notáveis* há muitos municípios onde a PEA agrícola mantém-se importante, não obstante a tendência de redução das populações rurais ocupadas no setor agrícola. Parte dessa conclusão pode ser vista no mapa da Figura 2 se nos detivermos nas amplas porções do Sul de Minas, Triângulo, Oeste e Noroeste mineiro onde o agrário ainda é dominante no rural.

---

<sup>3</sup> 12,4% dos municípios mineiros exibiam uma PEA não-agrícola maior que 50% do total de ocupados em atividades agrícola e não-agrícolas (106 municípios). Desse total, apenas 14 estão desgarrados da mancha de áreas notáveis, conforme mostra a Figura 2.

## FIGURA 2

Principais municípios mineiros com PEA rural (SIM 5 e 8) não-agrícola superior a 50% do total de ocupados - Minas Gerais, 2000



Se adiciona-se a análise dados de renda e de instrução, procurando espacializar os municípios em situação, cabe verificar se as conclusões conferem com as anteriores. Para isso recortou-se a população com 15 ou mais anos de idade da PEA que auferiu renda derivada do trabalho e cujos valores médios mensais (em salários mínimos de 2000) situavam-se iguais ou acima da mediana mineira, aproximadamente 2 salários mínimos. Do lado da instrução, a população controlada foi a mesma e a comparação se fez com a média mineira, aproximadamente de seis anos de estudo.

As Tabelas 4 e 5 expõem os principais resultados, apresentando os municípios que mais se destacaram em termos do peso da PEA lotada em atividades não-agrícolas em relação a PEA rural (ANAG + AAG) dos SIM 5 e 8. Duas das conclusões mais relevantes são as seguintes: a) em termos de renda média, dos 70 municípios com proporções de *PEA rural não-agrícola* maior ou igual a média mineira, no SIM 5, apenas 16 estão desgarrados da

*mancha de áreas notáveis*, enquanto no SIM 8, apenas sete; b) em termos de escolaridade, dos 70 municípios com percentuais de PEA rural não-agrícola iguais ou acima da média mineira, no SIM 5, apenas seis não estão próximos da *mancha de áreas notáveis*, enquanto, no SIM 8, apenas sete.

De um modo geral, pode-se afirmar que nas proximidades de Belo Horizonte e de outros pólos regionais, não causa surpresa o fato de as áreas rurais diminuírem de tamanho e estarem mais contaminadas pelo urbano. Nelas os trabalhadores também vinculam-se mais às ocupações de tipo não-agrícola. O nível de renda dessas populações é baixo, próximo a dois salários mínimos, contudo, ainda assim superior aos ganhos auferidos pelos milhares de trabalhadores de outras regiões do Estado, ainda inseridos em atividades agrícolas. Essa conclusão torna-se mais enfática quando se examinam os dados de instrução, porquanto a grande maioria dos municípios com rural predominantemente não-agrícola, a PEA parece estar mais bem servida de estabelecimentos de ensino, o que resultaria em níveis de instrução relativamente maiores que os dos demais municípios mineiros.

## **CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES GERAIS**

O Brasil parece experimentar, nas últimas décadas, a mudança do padrão ocupacional e produtivo de suas áreas rurais. Agricultores sofrem o processo que é denominado na sociologia de "*diferenciação social do campesinato*", que transforma poucas pessoas em pequenos empresários rurais e leva a maioria a uma espécie de migração forçada em busca de alternativas de sobrevivência nas grandes cidades ou em suas proximidades.

Para Graziano, a maior parte das atividades não-agrícolas que se desenvolvem no meio rural não exigem alto nível de qualificação profissional e educacional. Novas políticas públicas poderiam contribuir para a qualificação desses trabalhadores, além de incorporar a própria expansão das atividades não-agrícolas, levando-se em conta a presença de expressivos contingentes de famílias não-agrícolas e pluriativas que residem no rural. SILVA (1997)

Tabela 4

Principais municípios mineiros com PEA acima de 14 anos de idade e com renda média mensal de 2 ou mais salários mínimos e relações percentuais entre o não-agrário e o total de ocupados - Minas Gerais, 2000

SUBESPAÇO INTRAMUNICIPAL 5				SUBESPAÇO INTRAMUNICIPAL 8				
Nº Ord.	Município	ANAG (1)	AAG (2)	(1)/(1+2)	Município	ANAG (1)	AAG (2)	(1)/(1+2)
1	Água Boa	81	14	85,64	Sabará	195	6	96,99
2	Águas Vermelhas	64	0	100,00	Itabirito	183	10	94,91
3	Além Paraíba	35	0	100,00	Contagem	254	14	94,73
4	Antônio Carlos	33	0	100,00	Belo Oriente	192	12	94,05
5	Araçuaí	30	0	100,00	Sarzedo	476	36	92,89
6	Ataléia	56	11	82,91	Betim	723	71	91,09
7	Bicas	40	0	100,00	Ninheira	278	37	88,39
8	Brasópolis	46	13	78,36	Ouro Preto	442	67	86,90
9	Brumadinho	403	12	97,15	Extrema	844	163	83,83
10	Cachoeira de Pajeú	52	5	90,85	Conceição dos Ouros	161	37	81,34
11	Catas Altas	32	0	100,00	Piranguçu	247	59	80,85
12	Cláudio	83	10	88,88	Itamonte	359	87	80,43
13	Cônego Marinho	30	0	100,00	Mário Campos	289	71	80,18
14	Confins	162	0	100,00	Itabira	284	73	79,53
15	Coronel Fabriciano	55	0	100,00	São José da Lapa	162	43	78,88
16	Curral de Dentro	39	4	90,62	São Thomé das Letras	178	49	78,61
17	Diamantina	41	0	100,00	Brumadinho	338	96	77,89
18	Dionísio	152	10	93,59	Santos Dumont	248	72	77,42
19	Entre Rios de Minas	36	0	100,00	Itatiaiuçu	166	49	77,11
20	Ervália	43	6	88,60	Ponte Nova	195	59	76,74
21	Esmeraldas	149	10	93,66	Córrego Fundo	182	58	75,66
22	Estiva	164	23	87,75	Monte Sião	653	218	74,94
23	Fronteira	37	6	85,53	Gonçalves	250	84	74,80
24	Gouveia	56	6	90,09	Jaboticatubas	293	99	74,66
25	Icarai de Minas	57	18	76,28	Piranguinho	164	57	74,27
26	Igaratinga	61	16	79,65	Maria da Fé	171	62	73,30
27	Indaialbira	84	12	87,80	Viçosa	191	70	73,10
28	Itatiaiuçu	58	0	100,00	Pedro Leopoldo	254	94	72,96
29	Itinga	51	5	90,29	Paraisópolis	319	122	72,38
30	Itumirim	72	4	95,24	Esmeraldas	443	199	69,05
31	Itutinga	28	0	100,00	Passa Quatro	154	78	66,49
32	Jaíba	158	8	95,34	Itapeva	236	119	66,42
33	Juiz de Fora	49	16	75,93	Itajubá	463	235	66,35
34	Leme do Prado	80	29	73,11	Januária	270	139	66,04
35	Lima Duarte	50	13	79,58	Alto Rio Doce	199	108	64,83
36	Manhuaçu	80	0	100,00	Espinosa	257	163	61,20
37	Marliéria	68	14	83,01	Montes Claros	326	222	59,46
38	Minas Novas	197	26	88,43	São Domingos do Prata	189	129	59,39
39	Nova Serrana	130	0	100,00	Bocaina de Minas	201	141	58,78
40	Nova União	167	0	100,00	Sete Lagoas	222	158	58,46
41	Novo Oriente de Minas	41	10	81,05	Pedralva	239	171	58,26
42	Ouro Fino	124	25	83,06	Visconde do Rio Branco	174	126	58,07
43	Ouro Preto	62	0	100,00	Cachoeira de Minas	184	133	58,00
44	Papagaios	84	7	92,49	Governador Valadares	338	248	57,65
45	Pará de Minas	99	32	75,39	Cláudio	198	148	57,22
46	Paula Cândido	30	5	85,58	Ouro Fino	459	345	57,07
47	Pedro Leopoldo	272	20	93,26	Delfim Moreira	157	121	56,36
48	Piranguçu	30	0	100,00	Ubá	316	247	56,15
49	Pitangui	78	8	90,75	Itapecerica	163	138	54,06
50	Prados	71	0	100,00	Teófilo Otoni	360	309	53,80
51	Riachinho	54	5	91,93	Antônio Carlos	166	143	53,77
52	Rio do Prado	41	0	100,00	Jacutinga	295	261	53,13
53	Santa Cruz de Salinas	37	0	100,00	Divinópolis	269	238	53,06
54	Santana do Deserto	126	5	95,84	Três Corações	323	302	51,67
55	Santo Antônio do Monte	84	13	86,66	Barbacena	416	390	51,61
56	São Francisco	58	0	100,00	São Francisco	292	274	51,55
57	São Geraldo da Piedade	68	0	100,00	Pouso Alto	178	176	50,28
58	São Gonçalo do Pará	47	5	90,65	Novo Cruzeiro	271	271	49,99
59	São Gonçalo do Rio Abaixo -	36	0	100,00	Arcoz	246	250	49,62
60	São João do Manteninha	61	13	82,59	Camanduacá	321	359	47,14
61	Serra dos Aimorés	75	0	100,00	Inconfidentes	160	186	46,15
62	Setubinha	32	9	78,86	Itaúna	232	307	43,13
63	Simão Pereira	34	0	100,00	Lagoa Formosa	279	395	41,40
64	Taiobeiras	48	11	81,61	Borda da Mata	170	247	40,82
65	Tarumirim	51	5	91,66	Pouso Alegre	491	730	40,20
66	Tiradentes	42	4	91,70	Cambuí	156	252	38,25
67	Ubá	74	0	100,00	Inhapiim	159	258	38,20
68	Uberlândia	177	12	93,76	Poços de Caldas	227	369	38,14
69	Vazante	116	31	79,08	Santo Antônio do Monte	283	491	36,56
70	Volta Grande	27	3	89,45	Paraguçu	163	301	35,15
	<b>MINAS GERAIS</b>	<b>8723</b>	<b>3240</b>	<b>72,92</b>	<b>MINAS GERAIS</b>	<b>63589</b>	<b>121279</b>	<b>34,40</b>

Fonte: Tabulações Especiais - LESTE/IGC-UFMG

Nota: ANAG = Atividade Não Agrícola, AAG = Atividade Agrícola

Os municípios relacionados têm a proporção percentual [ANAG/ Total] superior à média de Minas Gerais

Os municípios em negrito estão relacionados com o delimitador de áreas notáveis.

Tabela 5

Principais municípios mineiros com PEA acima de 14 anos e com 6 ou mais anos de estudo e relações percentuais entre o não-agrário e o total de ocupados - Minas Gerais, 2000

<i>SUBESPAÇO INTRAMUNICIPAL 5</i>				<i>SUBESPAÇO INTRAMUNICIPAL 8</i>				
N. Ord.	Município	ANAG (1)	AAG (2)	(1)/(1+2)	Município	ANAG (1)	AAG (2)	(1)/(1+2)
1	Berizal	49	0	100,00	Ribeirão das Neves	356	0	100,00
2	Cachoeira de Pajeú	112	0	100,00	Itabirito	271	10	96,54
3	Coronel Fabriciano	84	0	100,00	Moeda	283	22	92,68
4	Fормoso	57	0	100,00	Contagem	254	21	92,40
5	Nova União	265	0	100,00	Sarzedo	484	42	92,00
6	Ouro Preto	169	0	100,00	Belo Oriente	390	48	88,96
7	Pedra do Indaiá	49	0	100,00	Mário Campos	303	49	86,13
8	Pedro Leopoldo	377	0	100,00	Extrema	693	112	86,11
9	Rubelita	83	0	100,00	Betim	981	176	84,78
10	Taiobeiras	79	0	100,00	Caeté	377	93	80,21
11	Uberlândia	268	7	97,44	São Thomé das Letras	239	60	80,01
12	Brumadinho	406	12	97,17	Monte Sião	399	117	77,31
13	Juramento	85	4	95,72	Itajubá	667	198	77,09
14	São Geraldo da Piedade	45	2	95,38	Ouro Preto	655	196	76,96
15	Simão Pereira	73	4	94,52	Sete Lagoas	335	102	76,57
16	Tiradentes	63	4	94,26	São Joaquim de Bicas	238	73	76,52
17	Papagaios	90	6	94,11	Pedro Leopoldo	426	133	76,15
18	Santa Cruz de Salinas	60	5	92,10	Esmeraldas	524	196	72,75
19	Prados	82	7	91,75	Passa Quatro	351	133	72,61
20	Confins	286	31	90,29	Santos Dumont	299	115	72,15
21	Riachinho	92	10	90,21	Gonçalves	249	105	70,32
22	Santana do Deserto	193	21	90,08	Pirangaçu	310	139	69,04
23	Berilo	54	7	89,17	Diamantina	236	108	68,59
24	Serra dos Aimorés	131	17	88,67	Conceição dos Ouros	252	119	67,87
25	Serro	46	6	87,88	Brumadinho	381	182	67,73
26	Leme do Prado	137	20	87,03	Itamonte	332	163	67,11
27	Divino das Laranjeiras	127	19	87,02	Coluna	233	118	66,41
28	Caeté	77	12	86,81	Paraisópolis	340	174	66,10
29	Capitão Enéas	85	13	86,28	Jaboticatubas	365	190	65,82
30	Gouveia	82	13	86,09	Ubatuba	462	247	65,18
31	Setubinha	60	10	86,05	São Domingos do Prata	378	207	64,63
32	São João do Manteninha	199	33	85,86	Itaúna	246	138	64,17
33	Catas Altas	44	7	85,64	Guaraciaba	300	175	63,15
34	Montes Claros	116	20	85,06	Viçosa	358	213	62,69
35	Crisólita	66	12	84,15	Antônio Dias	239	146	62,07
36	Itaiaçu	58	11	84,02	Belo Vale	234	146	61,57
37	Esmeraldas	132	25	83,99	Visconde do Rio Branco	268	170	61,12
38	Mantena	51	10	83,93	Manhumirim	257	164	61,01
39	Araçuaí	58	11	83,80	Delfim Moreira	236	153	60,66
40	Igaratinga	43	9	83,24	Cláudio	494	322	60,52
41	Minas Novas	183	37	83,05	Divinópolis	315	209	60,11
42	Marliéria	160	33	82,87	Camanducaia	258	171	60,11
43	Dionísio	237	49	82,85	Araçuaí	484	322	60,01
44	Paracatu	68	15	81,87	Ponte Nova	297	200	59,74
45	Ubatuba	97	22	81,58	Carandaí	258	176	59,53
46	Itinga	112	27	80,55	Ouro Fino	678	462	59,47
47	Funilândia	49	12	80,52	Itabira	455	312	59,32
48	Estiva	141	34	80,32	Coroaci	353	242	59,30
49	Japaraíba	102	27	78,92	Itapacerica	312	219	58,81
50	Pitangui	144	39	78,86	Leopoldina	297	217	57,77
51	Várzea da Palma	107	30	78,30	Mateus Leme	235	183	56,20
52	Vazante	177	50	77,90	Santo Antônio do Monte	270	211	56,12
53	Salinas	104	30	77,77	Carai	274	217	55,78
54	Novo Cruzeiro	46	13	77,59	Cataguases	234	187	55,65
55	Itaúna	119	34	77,56	Antônio Carlos	237	193	55,06
56	Indaiabira	145	46	75,77	São Francisco	604	500	54,69
57	São Francisco	49	16	75,76	Barbacena	610	510	54,49
58	Virginópolis	64	21	75,57	Maria da Fé	256	217	54,17
59	Juiz de Fora	81	27	75,40	Minas Novas	411	349	54,09
60	Itumirim	58	19	74,90	Arcos	279	242	53,58
61	Curral de Dentro	46	16	74,42	Jacutinga	290	266	52,20
62	Uruana de Minas	42	15	74,13	Montes Claros	779	717	52,05
63	Pará de Minas	248	87	73,95	Montalvânia	352	326	51,91
64	Santo Antônio do Monte	84	30	73,81	Pedralva	287	271	51,49
65	Conceição do Pará	97	34	73,76	Virginópolis	279	274	50,46
66	Monte Azul	114	42	73,17	Ubaporanga	289	293	49,65
67	Novorizonte	60	22	73,12	Brasópolis	283	293	49,17
68	Ouro Fino	128	48	72,84	Porteirinha	449	471	48,81
69	Frutal	86	33	72,26	Januária	636	668	48,76
70	Entre Rios de Minas	50	19	72,07	Novo Cruzeiro	387	408	48,69
<b>MINAS GERAIS</b>		<b>13542</b>	<b>5475</b>	<b>71,21</b>	<b>MINAS GERAIS</b>	<b>99700</b>	<b>135598</b>	<b>42,37</b>

Fonte: Tabulações Especiais - LESTE/IGC-UFG

Nota: ANAG = Atividade Não Agrícola, AAG = Atividade Agrícola

Os municípios relacionados têm a proporção percentual [ANAG/ Total] superior à média de Minas Gerais

Os municípios em negrito estão relacionados com o delimitador de áreas notáveis.

Não obstante as tendências de mecanização do campo, persiste o desafio de proteger a pequena agricultura geradora de empregos. Certamente, a reestruturação fundiária e a expansão da agroindústria expulsaram pequenos produtores rurais de segmentos do mercado e contribuíram para a expansão das atividades não-agrícolas de trabalhadores com experiência na lavoura. Graziano, inclusive, formula a hipótese de que *“grande parte dessas atividades não-agrícolas que estão se desenvolvendo nas áreas rurais não passam de ocupações de refúgio contra o desemprego urbano, podendo o fluxo do êxodo rural reativar-se assim que houver qualquer sinal positivo de retomada do crescimento urbano industrial.”* Silva (2001)

É bastante discutível tal formulação, uma vez que nas próprias áreas urbanas residem boa parte dos empregados em atividades não-agrícolas das áreas rurais, e isso desde o surgimento da figura do bóia-fria. A reversão dessas tendências não parece plausível, dado o processo em curso de reestruturação da economia em geral, e das economias urbanas em particular. Nada indica que os contingentes de mão-de-obra “excedente” dos setores formais voltem a reingressar efetivamente em atividades reestruturadas em um novo ciclo de crescimento econômico. A expansão do rural não-agrário reflete, sem dúvida, o aumento do desemprego e precarização no trabalho, mas não só isso. Traduzem também o surgimento de novas opções que se abrem a um grande número de trabalhadores pouco dispostos a se engajarem novamente como mão-de-obra barata, por exemplo, no emprego urbano-industrial formal (onde teriam de contabilizar custos crescentemente elevados de transporte e moradia). As atividades do rural não-agrário também refletem um outro processo que parece não ter mais volta, o da desconcentração econômico-espacial. São muitos os fatores que atraem atividades e pessoas para fora dos grandes centros urbanos. Essa alternativa pode ser realizada, inclusive, sem implicar em grandes distâncias geográficas. Em um mundo onde as distâncias deixam de representar um atrito econômico irreduzível, investimentos produtivos e a expansão residencial para fora das metrópoles podem ser algo estratégico, desde que não muito longe delas. Fatores de expulsão presentes em grandes centros urbanos e fatores de atração existentes em áreas rurais próximas de pólos econômicos não devem ser negligenciados.

Não é extemporâneo considerar que extensas superfícies do rural agrícola tendem a se tornar pouco povoadas, exatamente onde a agricultura comercial for mais próspera. De outra parte, em subespaços específicos, podem se afirmar manchas de agricultura de pequeno porte, ainda intensivas em mão-de-obra organizada em cooperativas e associações de produtores.

O crescimento populacional verificado em grande parte das áreas rurais dos municípios mineiros pode ser explicado pelo aumento das oportunidades de emprego e renda

em atividades não-agrícolas. A falta de alternativas ocupacionais no rural que se moderniza e exige trabalho qualificado provoca expulsão de mão-de-obra menos qualificada. Este novo rural deve abrigar tanto empregados em atividades não-agrárias quanto desempregados, subempregados, inativos e aposentados residentes no meio rural.

Não obstante a falta de mais pesquisa e investigação unindo as dinâmicas demográfica e econômica das pequenas localidades, a análise mostrou que a influência dos grandes centros urbanos, particularmente de Belo Horizonte e região metropolitana, mostra-se decisiva na reconfiguração das áreas rurais. Boa parte dessa influência circunscreve ocupações econômicas que absorvem os trabalhadores não especializados dos serviços no emprego doméstico, nos serviços de faxina e jardinagem, no conserto e reparação de bens em geral, na manutenção de infra-estrutura, nos serviços especializados de cuidadores (babás, enfermeiros e profissionais de saúde em geral), na vigilância e segurança pública e privada, e no trabalho braçal em geral (serventes de pedreiro e outros).

Por último, cabe observar que os problemas conceituais existentes nas definições de urbano e rural parecem não ter solução em curto prazo. As tentativas do IBGE em oferecer uma subdivisão dos subespaços municipais dentro e fora dos perímetros urbanos parecem não ter sido muito frutíferas. Os dados para Minas Gerais mostraram que no caso rural só se mostrou de fato relevante a categoria SIM 8, que coincide, basicamente, com o rural como definido há décadas. O subespaço SIM 4 (rural como extensão urbana), inexpressivo demograficamente, só se afigurou importante nas periferias alongadas das maiores cidades. Já o SIM 5, no qual as atividades não-agrícolas são de fato mais importantes que as agrícolas (72,9%), só revelou alguma importância nos municípios onde há maiores povoados rurais, aqueles que, em um novo surto de fragmentações territoriais, tenderiam a pleitear o status de sede de um novo município, alçando à condição de cidade - como define a lei de 1938 - com todas as prerrogativas legais que essa categoria encerra.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDOSO, Alessandra (et al.). *A dinâmica das ocupações rurais não-agrícolas no Estado de Minas Gerais nas décadas de 1980 e 1990*. Relatório do Projeto RURBANO 1999. Disponível em: <[www.eco.unicamp.br/nea/rurbano](http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano)>. Acesso em: 15 fev. 2004.

SILVA, José Graziano da. *Gestão das Políticas na Agricultura Brasileira Moderna*. Belo Horizonte: Ed. Unicamp, 1996.

\_\_\_\_\_. *O novo rural Brasileiro*. Belo Horizonte: Revista Nova Economia, 1997.

\_\_\_\_\_. *Velhos e Novos Mitos do Rural Brasileiro*. Relatório do projeto RURBANO, 2001

SILVA, José Graziano da (et al.). *Diretrizes de Políticas Públicas para o Novo Rural Brasileiro: Incorporando a Noção de Desenvolvimento Local*. Campinas: Instituto de Economia, 1998.

MATOS, Ralfo. (et al.). *Dispersão Demográfica nas Periferias da Região Metropolitana de Belo Horizonte*. ENCONTRO TRANSDISCIPLINAR SOBRE ESPAÇO E POPULAÇÃO, 2003, Campinas. Anais...

ORTEGA, Antônio César (et al.). *O Novo Rural no Triângulo Mineiro: Três Estudos de Caso*. Disponível em: <[www.gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/publ/sober/trab348.pdf](http://www.gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/publ/sober/trab348.pdf)> Acesso em: 15 fev. 2004.

ORTEGA, Antônio César. “*Minas são Muitas*”: *Todas Ampliando suas Atividades Rurais Não-Agrícolas*. In: ENCONTRO TRANSDISCIPLINAR SOBRE ESPAÇO E POPULAÇÃO, 2003, Campinas. Anais...

RIBEIRO, E.M. *Atividades não Agrícolas e Setores de Ocupação de Dirigentes Rurais Mineiros: Uma Nova Leitura de Antigas Pesquisas*. Disponível em: <[www.gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/publ/sober/trab353.pdf](http://www.gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/publ/sober/trab353.pdf)> Acesso em: 18 fev. 2004.

SUGIMOTO, Luiz. *O Novo Mundo Rural*. Campinas: Jornal da Unicamp, jul-ago 2000.

VEIGA, José Eli. *Cidades Imaginárias. O Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Editora Autores Associados, 2002.